



ATA Nº 1/2026

APROVAÇÃO DE CONTAS

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CARÇÃO, REALIZADA A VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE SEIS..

[Handwritten signatures]
opção Rodrigues
2026
[Signature]
[Signature]

---Aos vinte nove dias de Abril de dois mil e vinte seis, pelas vinte horas, teve lugar na sua sede uma reunião ordinária da Assembleia de Freguesia, com a presença do executivo da Junta de Freguesia.

ORDEM DE TRABALHOS

1º PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Depois de lida a ata da reunião anterior foi decidido que aprovação ficaria para a próxima reunião.

2º APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATORIO DE CONTAS DE 01-01-2025 a 31-12-2025.

---O Presidente da Assembleia, passou a palavra ao Contabilista, para que este apresenta-se as contas; tendo este apresentado as mesmas, e entregado a cada membro, o dossiê com as mesmas, apresentando os seguintes resultados conforme os Fluxos de caixa.

Fluxo de Caixa: 01-01-2025 a 31-12-2025.-Fim da Gerência da Junta anterior.

RECEBIMENTOS/ENTRADA DE FUNDOS:

Saldo da Gerência anterior.....	4.809.98€
Receitas Orçamentais.....	158.815.01€
Operações de Tesouraria.....	605.00€
Total.....	164.229.94€

PAGAMENTOS/SAIDAS DE FUNDOS

Despesas Orçamentais.....	147.693.05€
Operações de Tesouraria.....	605.00€
Saldo para/gerência seguinte.....	15.931.89€



Total.-----164.229.94 €

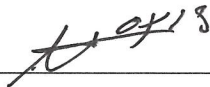
-A presente ata anexa-se a declaração de voto dos deputados do Partido ^Socialista composto por a Drª Devora Alves e António Tomé, a referida declaração e composta por 5 paginas.

O Presidente pôs as mesmas em votação, tendo esta sido aprovadas por maioria com 5 votos a favor e 2 contra.

---A Presente Ata foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos do Artigo 57º da lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

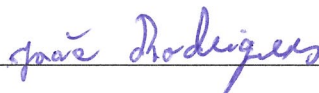
--Findo os trabalhos o Senhor Presidente declarou, nos termos da lei, encerrada a reunião quando eram vinte e três horas.

Presidente

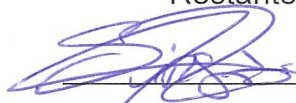


1ºSecretario


2ºSecretario



Restantes membros







Declaração de Voto – Relatório de Contas

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhores Membros da Assembleia,

Senhor Presidente da Junta de Freguesia,

O documento que hoje nos é apresentado como Relatório de Contas de 2025 não merece, da nossa parte, qualquer validação política ou contabilística.

E por isso, de forma clara e sem ambiguidades, o nosso voto é contra.

Mas este não é um voto contra por mera divergência política.

É um voto contra sustentado em factos, números e naquilo que este relatório revela — e, sobretudo, naquilo que esconde.

Desde logo, importa desmontar a narrativa de equilíbrio financeiro que aqui nos é apresentada. Fala-se de um saldo positivo na ordem dos 16 mil euros (15931,89 euros para ser precisa). Mas essa leitura é incompleta — e, diria mesmo, enganadora.

O próprio documento reconhece a existência de mais de 29 mil euros de obrigações por pagar transitadas para 2026.

Ou seja, há mais dívida do que saldo disponível.

E é aqui que se impõe uma pergunta que não pode ser ignorada:

foi deliberado adiar pagamentos para o ano seguinte com o objetivo de apresentar um resultado artificialmente positivo?

Foi esta uma opção de gestão consciente para evitar um saldo negativo e passar no crivo do Tribunal de Contas?

Porque aquilo que temos aqui não é equilíbrio — é um equilíbrio aparente, construído à custa do empurrar de responsabilidades para o futuro.

E é precisamente por isso que afirmamos, com toda a frontalidade:

“Temos aqui contas que apresentam saldo positivo no papel, mas escondem dívida, diluem despesa em rubricas vagas e não mostram uma única obra estruturante em Carção. Isto não é gestão rigorosa — é gestão opaca.”

E esta frase resume, de forma fiel, o problema estrutural deste relatório.

Estamos a falar de uma execução global na ordem dos 183 mil euros.

E a pergunta essencial continua sem resposta:

Onde está a obra em Carção que justifique este nível de despesa?

Não há investimentos estruturantes.

Não há projetos transformadores.

Não há visão estratégica.

O que existe é uma sucessão de despesas correntes, fragmentadas, sem impacto visível no território.

Aliás, este documento falha logo na sua essência.

Isto não é um verdadeiro relatório de contas.

É uma reprodução técnica de mapas orçamentais, sem análise política, sem justificação das opções e sem qualquer esforço de transparência.

Não se presta contas — limita-se a listar números.

E quando analisamos esses números, as preocupações agravam-se.

As despesas com pessoal ultrapassam os 62 mil euros, um valor manifestamente elevado para a realidade da freguesia.

Mas mais grave do que o montante é a forma como está distribuído:

- Mais de 13 mil euros em regime de tarefa ou avença — sem explicação;
- Mais de 25 mil euros em “pessoal em qualquer outra situação” — uma rubrica vaga, opaca e inaceitável;

Isto não permite escrutínio. Não permite controlo. Não permite confiança.

Surge ainda um valor de subsídio de refeição, cujo enquadramento levanta dúvidas sérias.

É fundamental esclarecer quem recebe, em que regime e com que fundamento legal, sobretudo quando podem existir incompatibilidades com despesas de representação.

Mas há um ponto que ultrapassa todos os outros pela sua gravidade:

Uma rubrica de mais de 40 mil euros classificada como “outras despesas”.

Quase um quarto da despesa total da Junta está escondido numa designação genérica.

Sem detalhe. Sem explicação. Sem transparência.

E a pergunta é inevitável:

como é que contas com este nível de opacidade são sequer apresentadas a este órgão, quanto mais aprovadas?

Ao nível da aquisição de bens e serviços, o padrão repete-se:

- Milhares de euros em limpeza e higiene — mas limpeza de quê? onde? com que frequência?
- Mais de 10 mil euros em alimentação — para quem? em que eventos? com que critérios?
- Diversas rubricas de “outro material” e “outros bens” — sem qualquer detalhe;

E depois confrontamo-nos com uma contradição absolutamente grave:

O próprio relatório indica que não há registo de aquisição de bens no inventário desde 2018.

Ora, isto só pode significar uma de duas coisas:

- ou o inventário está desatualizado e errado,
- ou as aquisições não estão a ser corretamente registadas.

Em qualquer dos casos, estamos perante uma falha séria de controlo patrimonial.

Acresce ainda o facto de não surgir de forma clara e explícita o valor de cerca de 30 mil euros protocolado com a Câmara Municipal para limpeza de caminhos.

Onde está esse dinheiro?

Como foi executado?

Em que rubrica está refletido?

A ausência de resposta a estas perguntas é, por si só, reveladora.

Senhor Presidente,

Senhores Membros,

O que este relatório evidencia não é uma gestão rigorosa.

É uma gestão centrada na despesa corrente, com forte peso em pessoal, com recurso a rubricas vagas e com ausência total de estratégia de investimento.

Não há visão.

Não há transparência.

Não há correspondência entre o dinheiro gasto e o desenvolvimento da freguesia.

E por tudo isto — por rigor, por responsabilidade e por respeito pela população de Carção — o nosso voto é contra este Relatório de Contas.